



fo me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2024 -----

Aos vinte e sete do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----

O deputado municipal Vítor Fernando de Sousa Costa, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Daniel Martins Rodrigues. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

Antes de entrar na ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, referiu que o Executivo tinha entregado à Mesa a documentação solicitada pelo grupo municipal do Partido Socialista, tendo procedido à entrega da documentação ao respetivo líder de bancada. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que se congratulava com um projeto relacionado com a valorização das margens do rio Cabril e Tâmega. Este era um projeto que também fazia parte do programa eleitoral do CDS-PP e que tinha como objetivo reconfigurar toda uma zona, enquadrando a zona ribeirinha com o desenvolvimento urbano. Este projeto comporta uma verba significativa, esperando que se desenvolva, e, nesse sentido, gostaria de saber em que ponto é que ele se encontra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Relativamente a outro assunto, referiu que gostaria de saber em que ponto está o destino que pretendem dar à ETAR de Mondim que está em desativação. Questionou também qual é o ponto da situação da auditoria externa ao processo da construção da ETA de Suídras. Relativamente a uma situação que já referiu anteriormente e que está relacionada com a ligação provisória que foi executada aquando da nova ponte que liga Mondim à ponte velha do Rio Tâmega, referiu que se verifica, tal como se constatou em tempo oportuno, que todo aquele troço não oferece condições de circulação. Este assunto já foi aqui debatido, tendo sido também referido que o restabelecimento daquele troço era uma obrigação das Infraestruturas de Portugal. Nesse sentido, questionou se vai continuar nos moldes em que se encontra. De seguida referiu que há diversas obras paradas ou por iniciar por questões relacionadas com os projetos de execução. A questão que coloca é por que razão todos os projetos de obras que a Câmara pretende lançar a concurso não são alvo de uma revisão antes do lançamento do respetivo concurso. A seu ver, esta revisão do projeto evitaria situações de desconformidade, como seja, existência de obras a mais ou até a paragem da obra por indefinição de projeto. Relativamente ao quadro de pessoal, referiu que assistiram, ao longo deste mandato, a sucessivas alterações, com a criação de vários lugares de chefia, tendo conhecimento que estes lugares de chefia estão a ser ocupados em regime de substituição. A questão que coloca é até quando é que se vai manter esta situação dado que os prazos do concurso em regime de comissão de serviço já foram largamente ultrapassados. Será esta situação legal? Referiu que tem havido uma troca de comunicados entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata sobre a existência de uma churrasqueira na casa mortuária do Bilhó. Dada a relevância que este assunto ganhou, entende que a existência de uma churrasqueira ou de uma de uma zona de lazer traz algumas incompatibilidades com a dignidade e o espírito de um espaço como aquele. Nesse sentido, questionou se não seria adequado fazer uma alteração ao projeto? Por fim, deu conta que já passaram três anos deste mandato autárquico que sobre este assunto existe uma questão que deve merecer um juízo que partilhou: o que mudou realmente no desenvolvimento de Mondim? Para dar resposta, o Executivo criou uma unidade orgânica nos serviços municipais, cujo objetivo era o desenvolvimento económico. Ora, volvido este tempo, quantas empresas foram criadas e apoiadas? Quantos novos postos de trabalho nasceram? Todos têm a noção de que, para haver desenvolvimento, o concelho precisa de captar investimentos ao setor privado, único setor capaz de criar riqueza, emprego, estabilidade a quem quer radicar-se na área, seja na indústria, no comércio ou no turismo. Considera que se tiverem em conta o dinamismo



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presente no concelho vizinho de Celorico de Basto, não poderão ficar satisfeitos com o estado de dinamismo em que vivemos. Por que razão tal acontece? Para quando as novas zonas industriais prevista? Quais foram as obras estruturantes que foram realizadas até ao momento? -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que, nesta Casa, todos sabem muito bem a história e discussão que envolveu a atribuição de um apoio às crianças com menos de três anos de idade, à data de 1 de janeiro de 2022. O Executivo da Câmara Municipal, como bem se lembram, recusou todas as sugestões e propostas para incluir estas crianças no regulamento de incentivo à natalidade. Esta postura de intransigência resultou na rejeição do regulamento nesta Assembleia. Era injusto deixar estas crianças de fora. Na negociação para o orçamento de 2023, o PS manteve a postura que sempre teve de avançar para uma negociação que permitisse resolver esta situação. Foi possível chegar a um acordo que, não oferecendo as mesmas condições às crianças inicialmente excluídas, tal como era a pretensão do PS, trouxe alguma justiça, atribuindo-lhes um apoio de 600 euros. Hoje, se assistimos à atribuição deste apoio, foi porque o PS usou de forma justa o seu voto contra a proposta inicial. Mas importa também referir que o acordo assinado pelas partes não está a ser cumprido. Passou a citar que «o PSD, partido pelo qual foram eleitos Presidente, Vice-Presidente e Vereadora que constituem o executivo municipal, obriga-se a diligenciar pela elaboração e aprovação do regulamento municipal para atribuição de um apoio pecuniário de valor de 300 euros, pontual e extraordinário para os anos de 2023 e 2024, a todas as crianças residentes no Concelho de Mondim de Basto com o respetivo agregado familiar na data de concessão do apoio que não tenham completado três anos de idade até 31 de dezembro de 2021 inclusive. Neste acordo, PS, CDS e ICP obrigavam-se a aprovar o regulamento de apoio à natalidade. Cumpriram. O PSD obrigava-se a garantir o pagamento de 300 euros anuais em 2023 e em 2024 às crianças atrás referidas. Não cumpriu. O pagamento vai demorar mais um ano. Algumas crianças receberão a segunda tranche dos 300 euros quando tiverem já 5 ou 6 anos de idade, quando deveriam ter recebido a totalidade neste ano. De seguida, referiu que ficaram a saber recentemente o local escolhido para a construção do Centro de Recolha Oficial Canil e Gatil. A escolha recaiu num local que fica a mais de um quilómetro de uma estrada pavimentada, longe de qualquer ponto de energia, longe das condutas de abastecimento de água, bem no meio do Monte de Paradela virado ao Tâmega. O PS votou contra esta localização e apresentou os argumentos para a decisão. O PSD logo se apressou a vir dizer que o PS era contra o Centro de Recolha. Falso. Como se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to me

percebe, ser contra a localização é completamente diferente de ser contra o equipamento. Foi entretanto lançado e extinto o processo de contratação pública da empreitada. Os motivos alegados, e simplificando para que todos percebam, foram os seguintes: a Câmara quando contratou o projeto alertou para a presença de atividades económicas nas imediações e estava convencida de que não havia conflito de interesses. Perceberam entretanto que afinal pode haver conflitos. Ficamos a saber que a localização suscita dúvidas ao Executivo que por isso decidiu parar o projeto. Importa perguntar o seguinte ao senhor Presidente: vamos ter Centro de Recolha Oficial? Onde? Corre a autarquia o risco de perder os 100 000 euros de financiamento? -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que é com grande satisfação que o grupo Parlamentar do PSD vê o reconhecimento dado pelo Observatório Dinâmico das Autarquias ao município de Mondim de Basto como o município de excelência nas categorias de desporto, cultura, educação e ação social. Demonstra a atenção que o atual Executivo tem com os mondinenses e o reconhecimento das medidas implementadas neste mandato. O campo de férias de verão é agora alargado também para o mês de agosto com uma panóplia de atividades que proporcionam momentos de grande diversão às nossas crianças. Os dezanove centros de convívio do concelho proporcionam momentos lúdicos e desporto aos nossos seniores em todas as freguesias do concelho. Também os estudantes universitários beneficiam da medida de apoio ao transporte, sabendo que contam com uma autarquia que se preocupa com as suas necessidades, procurando que os nossos jovens regressem à sua terra natal o máximo de vezes possível. Em termos de ação social, o atual Executivo implementou os programas Mondim Mais Solidário e Mondim Mais futuro, onde se integra o incentivo à natalidade e o apoio complementar à natalidade, uma medida que sinaliza a importância da natalidade num concelho que procura ter mais futuro. Fez um parêntese para dizer que de uma coisa tinha a certeza: só o Executivo do PSD é que atribuiu apoios para a natalidade. Em doze anos do Partido Socialista, os mondinenses viram zero euros. E referiu que a senhora deputada Ana Patrícia também sabe que o apoio complementar à natalidade, infelizmente, só foi publicado no Diário da República este ano e, como o referiu, só pode ser paga uma tranche em cada ano. Infelizmente é uma questão legal e porque o processo demorou muito tempo. Se calhar, o chumbo do PS atrasou o processo... Em termos de cultura, há uma agenda cultural abrangente e de fazer inveja a muitos municípios das áreas urbanas. Mas a cultura não se encerra no Favo das Artes, no verão sai às ruas da nossa vila e também agora, com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to gre

programa Favo nas Freguesias, essa cultura está ao alcance de todos os mondinenses, em todas as freguesias do concelho. Congratula o Executivo Municipal e todos os funcionários da autarquia por estas iniciativas que criam uma dinâmica positiva na comunidade, com projetos pensados para o bem-estar da comunidade e a qualidade de vida. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o ponto que o traz aqui diz respeito à linha de muito alta tensão. Na última reunião ficaram a saber que a REN ganhou o recurso que interpôs e nesse sentido a obra está autorizada. No seguimento dessa informação, questionaram quais seriam os passos do Executivo face a esta decisão que prejudica gravemente o nosso concelho, tendo afirmado o senhor Presidente que, dentro de uma atuação legal, não deixará, sob qualquer pretexto, a defesa do interesse público de Mondim de Basto, mesmo quando este seja contra o interesse público nacional. A questão que coloca vai no sentido de saber o que foi feito até ao momento. Outra questão que o preocupou durante este verão tem a ver com o miradouro das Fisgas de Ermelo. Passamos o verão com Mondim cheio de turistas que não puderam visitar um dos nossos ex-líbris. Queria saber qual é que é o ponto de situação. De seguida referiu-se a um outro assunto que tem a ver com as praias fluviais. Passou mais um verão sob a gestão deste Executivo e continuam à espera de ver as inúmeras praias fluviais prometidas um pouco por todo o concelho. Em concreto, gostaria de saber relativamente à praia fluvial de Vilarinho se vamos ter uma praia fluvial ou uma zona de lazer. Referiu que já tinha colocado aqui essa questão, mas o senhor Presidente não estava presente e a resposta do senhor Vice-Presidente não foi objetiva pelo que gostaria de ser esclarecido. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões que lhe foram colocadas. Para responder ao senhor deputado Fernando Silva, que identificou a importância do projeto de valorização das margens do rio Tâmega, esclareceu que já esteve prevista a visita da senhora Ministra do Ambiente que entretanto ficou adiada, para homologar os protocolos entre o município, a APA e o Fundo Ambiental, para podermos materializar os dois projetos, o do rio Tâmega e o do rio Cabrão, que acabam por ser, em conjunto, detentores do mesmo despacho e, portanto, que virá ao nosso concelho para poder homologar este projeto que, como o senhor deputado disse, e bem, é um valor considerável mas tendo em conta a importância da obra assim também o irá ser necessário. Neste momento, os dois projetos estão contratualizados e no âmbito do despacho tivemos já que apresentar uma memória descritiva daquilo que era a nossa intenção em termos de desenvolvimento de projeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Obviamente que o projeto não está fechado, estamos a procurar ter condições para termos já uma base que possa depois também ser apresentada às entidades que usam e utilizam e que, no fundo, são gestoras também deste território de modo a podermos ter um projeto construído por todos e depois poder executá-lo. A execução ficará a cargo da Câmara Municipal. Neste momento, estamos a desenvolver o projeto para que ele possa ter as condições para ser apresentado a todas as entidades e associações e à própria população local que, no fundo, será aqui beneficiária mais diretamente deste projeto. Serão projetos estruturantes que irão dar nota também da importância que o património natural do concelho possui e a forma como queremos criar condições de visita e segurança, sem nunca colocar em causa aquilo que é o património natural e sem que haja aqui uma invasão desse mesmo património. Portanto, neste momento, é esse o ponto de situação. Relativamente à Etar de Mondim, esclareceu que ainda não há uma decisão sobre o seu futuro. Sobre o ponto de situação da auditoria externa, esclareceu que ela foi contratada e está neste momento a ser desenvolvida e espera que brevemente se possa ter uma conclusão para poder apresentar a esta mesma Assembleia. Relativamente à ligação à ponte do Tâmega, no fundo aquele percurso que está «inacabado» referiu que desconhecia se haveria alguma contrapartida no âmbito da construção da ponte com o Executivo anterior. Relativamente ao regime de substituição dos cargos dirigentes, referiu que neste momento estão todos os Chefes de Divisão nessa circunstância, esperando poder avançar em breve através de concurso público. Relativamente à questão colocada sobre o Bilhó, esperava que, tal como fez com a importância da valorização das margens do rio Tâmega, o senhor deputado desse os parabéns pela obra que se vai realizar na envolvente da Igreja do Bilhó. Vai ser reabilitado todo o espaço envolvente com a criação de parque de estacionamento, com a criação de casas de banho, criação também da própria Casa Mortuária e, portanto, de facto, será ali um projeto estruturante para a aldeia e para a Freguesia do Bilhó e irá embelezar ainda mais todo aquele espaço sem, contudo, haver interferência com o património religioso já existente. Não vai ser construída qualquer churrasqueira, portanto, fica aqui já patente que isso não irá acontecer. São só fait-divers criados para, no fundo, desvalorizar a importância que esta obra tem. Relativamente ao desenvolvimento económico, referiu que o projeto e a vontade na construção de zonas industriais do concelho não está parada. Está já a ser feito o levantamento da melhor localização para o efeito e espera brevemente poder já ter um projeto que possa agradar a todos e ter condições para que as empresas se possam implementar no concelho. Para responder à senhora deputada Ana Patrícia relativamente ao



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apoio complementar à natalidade, referiu que, efetivamente, tendo em conta o prazo da aprovação e depois da publicação em Diário da República, só este ano é que foi possível atribuir a primeira tranche, esperando ter condições para dar continuidade àquilo que foi um compromisso assumido por todos. Relativamente ao Centro de Recolha Oficial, referiu que não deixa de ser caricato que a crítica que o Partido Socialista fez ao Executivo era que a localização era muito longe das habitações e portanto, que não era perto das acessibilidades e agora, quando o argumento é que efetivamente até pode nem ter sido longe o suficiente, que é isso que poderá aqui estar em causa, mesmo sendo longe, ainda poderá aqui haver a possibilidade de haver algum ruído e, mesmo assim, a senhora deputada fica admirada do porquê de nós termos esta sensibilidade. Acrescentou que efetivamente poderá ainda não ser longe o suficiente, contrariamente àquilo que alegavam que gostavam que ele fosse perto das habitações, desconhecendo junto de que habitações, porque nunca apresentaram uma alternativa de localização. A verdade é que o que aqui foi no fundo identificado é que efetivamente poderiam não ser ainda longe o suficiente e por isso vamos proceder, alertados com essa situação de que a localização iria implicar ruído para junto de qualquer atividade, através dos testes de ruído, de modo a dissipar quaisquer dúvidas. Acrescentou que depois de resolvida esta situação o financiamento irá continuar. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Brás, referiu que efetivamente a autarquia recebeu um conjunto de prémios associados a projetos desenvolvidos já neste mandato, nomeadamente na área da saúde, da educação da ação social e do desporto. Obviamente que sempre que o nosso trabalho é reconhecido nos devemos orgulhar e este prémio é partilhado com todas as pessoas, com todos os colaboradores do município que se esforçam diariamente para podermos cumprir aquilo que são as nossas obrigações e aquilo que também que é o nosso compromisso para com a comunidade. Para responder às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Macedo referiu que relativamente às praias fluviais está a ser feito o levantamento dos terrenos e a identificação dos proprietários, e, portanto, sim serão uma realidade. As margens do rio Tâmega, do rio Cabril e do rio Cabrão serão frutos já do investimento, de acordo com aquele que será o despacho que referiu há pouco, mas de todas as outras está a ser feito o levantamento dos proprietários. Relativamente à questão sobre a praia fluvial de Vilarinho ou zona de lazer, atendendo àquilo que neste momento está identificado enquanto projeto, referiu que estará mais próximo de uma zona de lazer pelo que a designação poderá ser essa. Relativamente ao miradouro das Fisgas de Ermelo, concordou que de facto foi uma pena não termos disponível este equipamento tão



J. ME

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

importante. A informação que tem é que a obra está a decorrer porque não está suspensa e espera que possa estar o mais rapidamente possível ao dispor da comunidade. Quanto à linha de muito alta tensão, esclareceu que foi realizada, a pedido da REN, uma reunião com todos os proprietários dos terrenos onde a linha de muito alta tensão irá passar no concelho. Com a presença de todos foi possível também perceber qual o ponto de situação relativamente àquilo que foram já os acordos com algumas entidades relativamente à passagem e à localização dos postos. No âmbito desses acordos, há entidades que já receberam o valor proveniente desses acordos, aceitaram a passagem da linha nos seus territórios e, em suma, apenas duas entidades não chegaram a acordo nem receberam qualquer valor - Câmara Municipal de Mondim de Basto e Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros. Referiu que, efetivamente, em termos jurídicos, tendo chegado até às últimas instâncias naquilo que seria a defesa em tribunal, com a constatação de a maioria dos proprietários dos terrenos no concelho, não só entidades como as juntas de freguesias e conselhos diretivos mas também privados, já terem chegado a acordo, tendo inclusive recebido e aceitando que a linha passe nos seus territórios, isto acaba por limitar ainda mais aquilo que possa ser ação do município. Referiu que à Câmara restará procurar uma negociação no sentido de ver que contrapartidas possam haver para o município, que não foi feita até agora, e que, obviamente, tendo em conta este cenário de confirmação de validação da passagem por estas entidades, será mais difícil. Terminou dizendo que até agora esta questão das contrapartidas não esteve em cima da mesa relativamente à linha de muita alta tensão. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que as suas palavras, os argumentos que tem agora relativamente à questão da rede muito alta tensão, são num tom e num conteúdo completamente diferentes se comparadas com o que escrevia em 2018. Nessa altura, o PSD fez questão de participar no processo de discussão pública. O senhor Presidente publicou notas de imprensa relativamente ao assunto e o tom era este e passou a citar: «O turismo será inequivocamente destruído se for executada a linha de muito alta tensão nos termos projetados. O território sofrerá um impacto que jamais será suscetível de reparação, destruindo com uma só decisão um património natural de relevo mundial, um concelho, famílias e economia». Havia uma carga dramática que, como facilmente se percebe, diminuiu. Perguntou ao senhor Presidente qual o motivo de alguém que afirma que será a destruição da economia. Referiu que o que se espera é que lidere nos tribunais, dando seguimento a um trabalho que já deu frutos, e esclareça os mondinenses sobre a dramática ameaça que paira



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre Mondim. A obra é a mesmo de 2018, por isso, os impactos são os mesmos. O que é que mudou? Relativamente às praias fluviais, referiu que se começava a perceber porque é que efetivamente elas poderão não ter essa nomenclatura, isto porque uma praia fluvial envolve nadadores salvadores, envolve controlo da água e, portanto, não pode acontecer como noutros anos em que a APA obriga a colocar uma tabuleta a dizer que não se pode tomar banho, portanto. Considera que, se calhar, a opção de Vilarinho seria interessante, deslocá-la mais para junto do povo para que fosse mesmo uma zona de lazer mas mais próxima da população. Relativamente aos prémios e reconhecimentos do desporto, da ação social e da educação que foram falados, referiu que gostaria de saber qual foi o custo da inscrição para ser integrada no lote de câmaras que foi avaliado. Relativamente à churrasqueira, esclareceu que não queria estar a falar nisso mas, considerando que o senhor Presidente falou que era um fait-divers, referiu que não era um fait-divers visto que consta do projeto. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que a questão do Centro de Recolha Oficial demonstra apenas uma falta de planeamento e de organização da Câmara. A questão essencial aqui é a distância à estrada, longe da energia, das condutas de abastecimento de água, da proximidade ao hotel. Poder-se-á avaliar, depois da obtenção dos resultados das análises que a Câmara vai pedir, os desenvolvimentos deste tema. Relativamente ao apoio à natalidade, registou o reconhecimento do grupo parlamentar do PSD na pessoa do senhor deputado José Brás, porque foi efetivamente o chumbo do Partido Socialista que permitiu que estas crianças fossem incluídas. Tem a certeza que, em casa, as famílias estão felizes por terem usado deste seu direito. Referiu que durante a sua intervenção estava só a constatar factos, ou seja, que foi só paga a primeira tranche este ano e que toda a gente sabe que a próxima tranche vai ser paga no próximo ano. A questão é que o PSD disse, e fez questão de deixar escrito, que iria pagar nos anos 2023 e 2024. Os processos demoram, é verdade, mas foi o Executivo que se comprometeu a fazer este pagamento nestes dois anos.-----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que gostaria apenas de deixar aqui duas ou três notas. A primeira resulta da existência de alguns projetos que julga serem estruturantes nomeadamente essa questão da zona ribeirinha e do enquadramento urbano que ela pode vir a trazer. Relativamente a outros projetos de desenvolvimento, colocando aqui a questão da Casa Mortuária do Bilhó, queria dizer que todos os bons projetos, nomeadamente este, também merecem o seu apoio mas que não



to - RNE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deixa de ser relevante sublinhar o valor que está adstrito a esse projeto do qual fez a exposição que entendeu quando teve de se pronunciar sobre o assunto, considerando o valor demasiado avultado. Relativamente a uma questão que colocou anteriormente, referiu que o senhor Presidente foi muito vago, tratando-se do assunto que está relacionado com uma área que considera que está estagnada em Mondim de Basto. Referiu que não está satisfeito com o desenvolvimento económico que está à vista de toda a gente. Não encontra obras estruturais ao nível da atividade, do emprego, da capacitação de empresas. Relembrou que colocou essa questão quando veio a esta Assembleia a criação de uma unidade orgânica para o desenvolvimento do concelho e que gostaria de saber se esta unidade orgânica está a funcionar e em que moldes, qual é o seu papel e se até ao momento trouxe algo de valor a acrescentar a este trabalho. Perguntou se o senhor Presidente estava satisfeito com o grau de desenvolvimento do concelho. Admitiu que o próprio não estava satisfeito, não querendo dizer que tudo seja mau. Considera que ao nível do desenvolvimento e atratividade, se compararmos com o concelho vizinho, o grau de implantação de empresas é enorme, estando Mondim um bocadinho no vazio. O que é que está a acontecer para o concelho ter alguma dificuldade ao nível do desenvolvimento? Sabe que há uma aposta grande no turismo mas ao nível da indústria, ao nível do comércio, ao nível do desenvolvimento integral do concelho, há aqui balizas que estão muito longe de alcançar e pensa que daqui a algum tempo vamos ficar cada vez ficar mais isolados, mais vazios, com menos população. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para rebater aqui um bocadinho o que a senhora deputada Ana Patrícia disse. O PSD sempre disse que o incentivo era uma coisa diferente do apoio complementar e nunca disse que o apoio complementar não poderia ser executado. Na mesma lógica que a senhora deputada diz que o pagamento deste apoio complementar às pessoas está atrasado, a verdade é que com o chumbo do Partido Socialista no ano de 2022, as crianças só puderam receber o apoio em 2023. Acrescentou, para esclarecer a situação do pagamento do de 2023 para 2024, que o apoio complementar terá sido aprovado na última Assembleia do ano, portanto, em dezembro de 2023. Quando algo tem que ir depois para o Diário da República, em norma demora sempre um mês daí as pessoas não terem recebido em 2023. Terminou dizendo que a senhora deputada tentou criar aqui um facto político mas o que importa é que as pessoas receberam o dinheiro, atribuído por este Executivo Municipal, liderado pelo PSD. Isto é que são os factos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para, respondendo ao senhor deputado Carlos Macedo daquilo que era a posição da sua pessoa há uns anos atrás e aquela que agora alega ser diferente, esclarecer que a sua posição é a mesma, o impacto não mudou. O que foi feito desde que tomou posse foi avançar com as diligências junto da justiça para continuarem com um processo que vinha de trás pelo que não houve da parte da Câmara qualquer abrandamento naquilo que era à vontade de se impedir que esta obra avançasse e foram até às últimas instâncias judiciais mas chegou a um ponto em que não deu mais e foi isso que reportou na última reunião. Referiu que os esclarecimentos devem ser pedidos a quem no concelho de Mondim de Basto já aceitou a passagem da linha, negociando a passagem no seu território e, inclusive, negociando os postes e a localização onde vão ser colocados. Esse esclarecimento, sim, é que deve ser pedido. Acrescentou que o município de Mondim de Basto até à data não negociou qualquer terreno, não negociou qualquer colocação ou localização de qualquer poste e, portanto, está à vontade para dar esses esclarecimentos. Relativamente à localização do CRO referiu novamente que até à data desconhece qual era a alternativa da localização identificada pelo Partido Socialista, sabendo apenas que este gostava que fosse perto das habitações e perto dos locais, de acesso fácil à eletricidade, à água, às acessibilidades. Considera que o que está aqui em causa é que efetivamente, mesmo sendo distante, e o PS acusando de ser distante, poderá ainda não ser distante o suficiente. E é isso que obviamente irão procurar esclarecer para que não haja aqui qualquer dúvida. Para responder ao senhor deputado Fernando Silva referiu que não estava confortável, nem nunca estará pois faz parte da sua forma de estar, será sempre um eterno procurador de encontrar as melhores soluções para o concelho e para conseguir captar investimento. Foi criado um gabinete de apoio ao empresário, que será também, em conjunto com o IAPMEI, a unidade que ficará com essa responsabilidade. Não estamos estagnados nem estamos confortáveis com a situação do concelho mas a situação não é de hoje. Estamos a procurar, junto daquilo que já referiu há pouco, criar mais espaço para a implementação das grandes empresas. Há setores que estão a trabalhar bem no concelho, tendo o senhor deputado falado no setor do turismo, ao que acrescentava também o setor da construção. Os setores da economia estão a trabalhar, não estão todos efetivamente, mas há um impacto importante na economia. Para terminar e para corrigir uma vez mais a questão da Casa Mortuária e alargando isso também a Ermelo e a Vilar de Ferreiros e o porquê deste valor, referiu que a obra em Ermelo já arrancou, em Vilar foi adjudicada esta semana e no Bilhó será nos próximos dias. Aquilo que as pessoas poderão



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ver nos próximos meses nestas duas localidades é a importância da reabilitação da envolvente das igrejas, com a possibilidade de criarmos um espaço bonito, um espaço acessível, um espaço agradável e sim, também, com a construção de uma Casa Mortuária e inclusive casas de banho e daí o valor destas intervenções. Reduzir estas intervenções só a uma Casa Mortuária é tentar aqui minimizar aquilo que será um impacto importante para estas aldeias. O investimento nas freguesias com este Executivo irá continuar, as freguesias merecem o investimento deste cariz, o investimento desta capacidade de transformação destes sectores e irá continuar pois esta é a nossa forma de olharmos para o concelho como um todo. Todos merecem investimentos desta envergadura e investimentos impactantes e estas três obras serão impactantes. Em Ermelo temos a possibilidade de perceber já a dinâmica e a forma como irá transformar positivamente o espaço envolvente e certamente que em breve poderemos ter essa oportunidade não só no Bilhó como em Vilar de Ferreiros. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente a esta questão da REN, o senhor Presidente foi eleito pelos mondinenses para defender os interesses dos mondinenses. Acrescentou que não iria falar dos conselhos diretivos, nem das juntas, nem das instituições. Não tem nada a ver com isso. Os mondinenses deram ao senhor Presidente o voto para dirigir o Executivo e o senhor Presidente diz que desistiu dos tribunais, das formas legais. Referiu que o anterior Executivo nunca se sentou com a REN para negociar nada. O anterior Executivo parou o processo e o senhor Presidente passa a sentar-se à mesa com a REN e por isso é que refere que a postura é diferente. Referiu também que não tinha sido esclarecido sobre a questão da existência da churrasqueira no projeto. Passando a outro assunto, referiu que na última Assembleia em que o senhor Presidente da Câmara não esteve presente, foram prestadas informações na última Assembleia sobre o valor de apoio anual associado ao regulamento de apoio ao mundo rural: ficará abaixo dos 50.000 euros - 28.800 no setor pecuário; 5.600 para a apicultura e 10.000 para a vitivinicultura. Entende que este número merece reparo porque há uma clara diferença entre o valor estimado e o valor apresentado aquando da visita do Senhor Secretário de Estado da Agricultura a Mondim. O valor apresentado nessa altura era os 100.000 euros, um número redondo bonito, fazia uns títulos de jornais bonitos, no entanto, na realidade, a despesa vai ser mais ou menos metade. Referiu que gostaria que o senhor Presidente explicasse melhor essa discrepância de valores, já que não ficou esclarecido na última Assembleia. -----



b-me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que, relativamente ao Centro de Recolha, desafiava o senhor Presidente a ir visitar outros centros de recolha noutros municípios que estão junto a acessos, junto a infraestruturas. Reconhece que Mondim é um caso especial e único mas entende que em certos casos valerá a pena seguir os bons exemplos dos vizinhos. Dirigindo-se ao senhor deputado José Brás que referiu que o Partido Socialista em 12 anos não fez nada para o incentivo à natalidade e para o apoio às crianças, afirmou que a sua declaração era falsa. Dentro das possibilidades, o Executivo anterior criou uma medida de apoio em géneros que está ainda em vigor. Considera que o mais importante é reconhecer que as pessoas receberam o dinheiro, que as crianças foram que foram ajudadas. Conclui dizendo que se hoje o Executivo pode dar este apoio foi porque durante doze anos o anterior Executivo permitiu que houvesse a possibilidade para que este apoio fosse dado, criou condições para que agora haja esta possibilidade. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que, e bem, existe o apoio em géneros que é mantido pelo atual Executivo mas hoje estamos a falar de apoio de transferência de dinheiros. Referiu que o anterior Executivo do PS, em 2009, já sabia que a dívida existia. Sempre que faltam argumentos vem sempre o argumento da dívida, mas foi o Executivo do PS que em 2009 prometeu 200 euros por mês e ninguém recebeu esse dinheiro. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para prestar só mais alguns esclarecimentos e para dizer que não desistiu de combater a passagem da linha de muito alta tensão, tanto mais que até deu continuidade em termos judiciais até ao limite mas chegou a um ponto em que, efetivamente, já nem aos tribunais conseguimos recorrer, mas foi mesmo até às últimas instâncias. Acrescentou que não se sentou na mesa de negociações com a REN e que até à data não negociou nada com a REN, nada sobre a passagem no território, nada sobre a negociação da localização de qualquer poste. Acrescentou que a única coisa que aconteceu esta semana foi um pedido da REN a solicitar que todos os intervenientes e todos os proprietários dos locais onde a linha irá passar estivessem presentes para se fazer o ponto de situação daquilo que terão sido já os acordos efetuados e aqueles que ainda não o foram. Voltou a frisar que até ao momento apenas a Junta de Vilar de Ferreiros e o município de Mondim de Basto não realizaram nenhuma negociação com a REN. Relativamente à churrasqueira, referiu que de facto existe a nomenclatura no projeto mas que já foi mais do que esclarecido que não irá ser construída e o senhor deputado continua a insistir nessa tecla, levando-o a pensar que de facto existe má-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

by me

fé na forma como se quer fazer política. Acrescentou que o senhor deputado teve uma oportunidade de poder também realçar a importância desta obra na freguesia do Bilhó e não o fez até à data mas espera que ainda o possa fazer. Relativamente ao regulamento de apoio ao mundo rural, referiu que teve oportunidade na última reunião de Câmara de apresentar aos senhores vereadores o valor que é superior a 50.000 euros e que a expectativa é que com esta dinâmica se possa atingir aos 100.000 euros, tal como foi também a expectativa anunciada por si aquando da inauguração da Feira da Terra. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Patrícia, presume que já tenha visitado também outros CRO's noutros concelhos e esperava que lhe indicasse até uma localização para a construção do CRO de Mondim mas que ainda vai a tempo de poder identificar, tendo em conta a sua experiência de reconhecimento deste tipo de infraestruturas, qual é que será o melhor local no concelho para se poder implementar. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que relativamente às casas mortuárias, apenas tinha lembrado toda a gente que a obra só foi aprovada porque o PS aprovou aqui nesta Assembleia. Apesar de não ter votado favoravelmente, o PS justificou o porquê de não votar favoravelmente mas se quisesse tinha reprovado a obra e não o fez. Há muita gente aí a querer passar a mensagem que o PS reprovou mas o PS não reprovou senão a obra não estava a ser construída. Acrescentou que a questão que se põe aqui é de estarmos a fazer obra em domínio que não é do município. Essa é que é a questão principal. Terminou dizendo que na questão da Casa Mortuária de Vilar de Ferreiros o PS votou favoravelmente porque a obra é em domínio do município e essa é que é a diferença. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que lhe parece que o Partido Socialista é contra o desenvolvimento do concelho e é contra tudo e contra todos. Criticam tudo. Referiu que não vê o Partido Socialista chegar aqui e dizer que alguma coisa foi bem-feita. Acha que também fazia bem um bocadinho de humildade democrática e reconhecer que há coisas bem-feitas, há coisas mal feitas, faz parte do debate democrático. Acha que é importante haver escrutínio. Perguntou ao senhor deputado se era contra as obras feitas na escola da Igreja, que era propriedade do município e que agora é propriedade da Igreja de Mondim, realizadas pelo anterior Executivo. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, considerando que se está a falar de valores avultadíssimos na casa de um milhão e meio de euros, todos sabem quanto é que custou a Casa Mortuária de Mondim no centro da Vila, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

bone

discriminando o resto das aldeias. O Partido Socialista acha que a obra é importante, só não acha que se deve gastar um milhão e meio de euros em três casas mortuárias quando poderia ser uma obra de menor monta e em simultâneo, se calhar, conseguir construir uma creche ou algo que se calhar fazia mais falta aqui em Mondim. -----

O senhor Vereador **Paulo Jorge Mota da Silva**, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para primeiramente esclarecer um assunto anteriormente abordado sobre a ligação provisória fruto da obra da nova ponte. Referiu que este assunto já foi abordado nesta Assembleia, não tendo usado da palavra mas tendo transmitido ao senhor Presidente que não havia nenhum compromisso por parte da construtora que fez a nova ponte em repor uma nova ligação. O que o Executivo anterior fez foi deixar um projeto contratado por ele para melhorar aquela ligação em que a obra andaria na ordem dos 150.000 euros. Não houve nenhum compromisso pelo que aquilo que lá está é o que resulta do final da obra. Sobre a obra que o senhor deputado José Brás referiu, pediu que o mesmo fosse ver em que condições é que foi feita esta parceria e as condições em que está a ser feita a nova parceria com estas três igrejas. Naquela parceria, houve uma cedência da escola, exatamente como já foi feito com outras associações desde que se justifique que o fim é aquele que todos vêm em Mondim. Na altura não havia condições, não havia salas de catequese, portanto, está mais do que comprovada a utilidade daquela escola, sendo que foi feita uma candidatura pela paróquia que pagou grande parte daquela obra. A Câmara não investiu, não pôs lá o investimento. Relativamente a estas casas mortuárias, foi assegurado por contributo do PS para esse protocolo que a Igreja vai ter que assegurar que ela está aberta a toda a gente. É discutível quem costuma ficar com as Casas mortuárias, se é a Câmara ou se é a freguesia. Neste caso foi opção deixá-la na paróquia mas o que é mais estranho é que o senhor Presidente diz que tem estacionamentos, todos sabem, mas o estacionamento vai ter um portão e a decisão de manter aquele portão aberto ou fechado é do padre que estiver lá na altura, decisão com a qual não concorda. Entende que o investimento que foi feito para além da Casa Mortuária deveria ficar no domínio público. Considera que não vale a pena andar aí a dizer que são contra as casas mutuárias; são é contra o modelo que foi encontrado para as fazer. Consideram que entregar todo aquele património à paróquia é um erro. Deveria ficar no domínio público e não vai ficar. Esta é a diferença. Aquilo que o senhor deputado aqui veio falar teve esforço do lado da paróquia para lá chegar e nesta esta que estamos aqui a falar o esforço da paróquia vai ser zero. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

J. M. e

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para referir uma vez mais que o que está aqui em causa e o porquê deste valor tem a ver com as reabilitações das zonas envolvente às igrejas, construção de parque de estacionamento, regeneração urbana e a construção das casas de banho e da casa mortuária e continua-se aqui a debater o valor para a construção de uma Casa Mortuária com esse discurso. Voltou a frisar que haverá parques de estacionamento no espaço público. Referiu que queria fazer um pequeno reparo ao senhor Vereador que falou no apoio e na promessa que era até 200 euros e que onde fez a diferença foi nos bolsos dos mondinenses que não receberam nenhum. Isso sim, é que fez a diferença. Uma coisa é nós anunciarmos outra coisa é fazermos. Falar das obras dos outros quando elas são executadas torna-se fácil e criticar mais fácil ainda mas a verdade é que todas estas obras que estão aqui a ser faladas têm aqui um dedo de execução do atual Executivo que orgulhosamente está a defender como sendo importantes para o desenvolvimento do concelho. Obviamente que a crítica faz parte, estamos numa Assembleia com diversas forças partidárias, pelo que é normal que existam aqui opiniões diferentes, mas a verdade é que se torna muito mais fácil criticar quando existe obra. -----

2- Ordem do dia: -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 21 de junho de 2024 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 21 de junho de 2024 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).

2.2- Aprovação da ata da reunião de 27 de agosto de 2024 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 27 de agosto de 2024 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).

2.3- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que não queria deixar de partilhar aqui duas notas que registou. Uma delas tem a ver com um valor que considera substancialmente elevado relativamente às dívidas a terceiros no valor de 340.500 euros. Portanto, não deixa de poder realçar porque se a autarquia tem dinheiro como é que se justifica que haja um valor tão elevado de dívidas a terceiros. Se há capacidade financeira e se há possibilidade de pagamento acha que não faz muito sentido surgir este valor. A outra nota resulta do facto de ter verificado na informação do executivo uma taxa



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de execução do PPI relativo a 2024, no valor de 10.66 no total previsto. Referiu que gostaria de saber se há alguma explicação para estes valores de uma taxa tão baixa de execução. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que gostaria de recordar o compromisso de cortar nas gorduras e nas avenças que o atual Executivo assumiu aqui logo nas primeiras reuniões da Assembleia. A realidade e as informações prestadas logo se encarregaram de mostrar que foi apenas uma intenção. São inúmeras as contratações por avença de assistentes operacionais para as escolas com contratos de meio ano. Será por isso de esperar novo aumento nesta rúbrica, a tal que era sintoma de gorduras. Ficaram também a saber que há mais um antigo autarca PSD a prestar serviços para autarquia, sendo que, se no caso do chefe de gabinete se trata de uma nomeação de natureza política, neste caso trata-se de um contrato de prestação de serviços de uma empresa através da qual presta serviço um antigo Vice-presidente de Câmara do PSD. Importa aqui referir ainda o seguinte: a pessoa em causa, atualmente com um contrato no valor de 19.250 euros por ano de trabalho, integra a lista de candidatos apurados no âmbito de um concurso para ocupar um lugar de arquitetura no quadro da autarquia. Falta ver se, mais uma vez, o concurso irá apurar a mesma pessoa que já foi contratada de forma discricionária anteriormente. Aliás, olhando aos casos anteriores, parece que começa a haver ver um padrão. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a informação financeira prestada tem um dado alarmante. Nunca, no passado recente, a execução da despesa de capital, a execução dos investimentos, foi tão baixa como a apresentada este ano em setembro. Percentualmente há uma taxa de execução de 10% do PPI. Nos anos recentes foi sempre superior a 30%, sendo normal situar-se na casa dos 40%. Está neste momento em 10%, mas, mesmo se analisado o valor líquido de execução, pouco mais de um milhão de euros, quando o normal é estar sempre acima dos dois milhões, próximo dos dois milhões e meio, é um ano de péssima execução que vem contribuir para o que têm vindo a afirmar sistematicamente: a despesa corrente sobe com o pessoal, com as avenças, com os serviços, com os apoios e o investimento diminui, ao ponto de apresentar estes valores, que são um autêntico recorde negativo. Isto vai também um bocado de encontro àquilo que o Professor Fernando Silva estava a dizer há bocado, ou seja, tem a ver com o desenvolvimento económico, com o investimento que é feito para captar o investimento para o concelho. -----



bp me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, de facto, o relatório representa a transparência com que o município apresenta os seus dados, não poderia ser de outra forma e, portanto, sim, a execução do PPI efetivamente é baixa. Espera que até ao final do ano possa haver uma taxa de execução bem melhor. Relativamente à dívida a terceiros, e considerando que a autarquia acolhe de uma situação financeira confortável, referiu que ira verificar o que possa estar pendente e o que leva à existência destes valores. Relativamente às avenças, referiu que esperava que quando for apresentado o aumento e o recrutamento de mais pessoas para o quadro e para o mapa de pessoal que não haja aqui a crítica, porque efetivamente está-se a recorrer a esta metodologia para suprimir algumas necessidades. Há um conjunto de pessoas com baixas prolongadas que efetivamente têm colocado os serviços com estas necessidades pelo que espera que quando for aumentado o número de pessoas a contratar que não haja aqui depois uma crítica porque senão não estamos a ser coerentes com aquilo que é a realidade. De seguida, referiu que tinha pena que a senhora deputada avalie a qualidade das pessoas em função do seu percurso político. Tenho pena porque um dia mais tarde poderá estar a candidatar-se para um qualquer cargo profissional e alguém pode apontar que a senhora deputada fez parte da Assembleia Municipal pelo PS e certamente que não vai gostar disso, porque vai dizer que é competente para determinado cargo e que aquilo que é o seu percurso de cidadania não deve ser levado em causa. Este pensamento que alguém que teve um percurso político fica desde logo vaticinado para que não possa mais ter um percurso profissional espera sinceramente que isso não possa acontecer com a senhora deputada pois será um sinal de que valeu a pena esta participação ativa e que devemos efetivamente fazer aquilo que está na nossa consciência no que diz respeito à participação política e político-partidária, sem ter receio de um dia mais tarde alguém nos acusar que não deveremos merecer um lugar porque participamos ativamente numa força partidária. Terminou dizendo que esta necessidade foi decorrente de um concurso de arquitetura que ficou vazio. -----

2.4- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

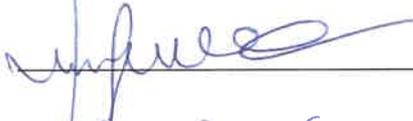
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a **minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 13 de dezembro de 2024, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----



Emília Gonçalves
